



## **Cartografia editorial da produção não ficcional afro-brasileira: livros individuais (1906-2019)**

### ***Editorial Cartography of Afro-Brazilian Non-Fictional Production: Individual Books (1906-2019)***

Luiz Henrique Silva de Oliveira

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, Minas Gerais/Brasil

henriqueletras@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-1287-5317>

**Resumo:** Este estudo propõe um mapeamento da produção de livros individuais não ficcionais de autores afro-brasileiros. Consideramos apenas a produção não ficcional de autores afro-brasileiros que também escreveram ficção. Foram tomadas como parâmetro as primeiras edições dos livros. As fontes de coleta de dados foram: o Portal Literafro; materiais de referência; currículos dos autores; e banco próprio de dados. As seguintes perguntas pautam as reflexões aqui propostas: quais são os autores afro-brasileiros de ficção que também atuaram no campo da não ficção? Que títulos escreveram os autores de ficção no terreno da não ficção? Por que meio ou casa editorial publicaram? Em que local? Que assuntos perpassam esta produção? Pretende-se, portanto, apresentar uma amostra numérica da produção aqui delineada a fim de tecer uma breve e jamais estanque cartografia da produção não ficcional afro-brasileira e tentar explicar razões para a configuração de tal cartografia.

**Palavras-chave:** cartografia editorial; edição afro-brasileira; não ficção; produção editorial.

**Abstract:** This study propose a mapping of the production of individual non-fictional books by Afro-Brazilian authors. We'll consider only the non-fictional production of Afro-Brazilian authors who also wrote fiction. The first editions of the books were taken as a parameter. The sources of collection were: the "Portal Literafro"; reference

materials; authors' CV; and database of the author. The following questions guide the reflections: who are the Afro-Brazilian fiction authors who also worked in the field of nonfiction? What titles did fiction authors write in the field of nonfiction? By what editorial did they publish? In what location? What issues this production contains? We intend, therefore, to present a numerical sample of the production outlined here in order to weave a brief and never watertight cartography of non-fictional Afro-Brazilian production and try to explain reasons for the configuration of such cartography.

**Keywords:** editorial cartography; Afro-Brazilian edition; nonfiction; editorial production.

## Introdução

Nas décadas finais do século passado e nas primeiras décadas deste século, os estudos editoriais têm ganhado espaço no âmbito acadêmico. Bem o provam o surgimento de cursos de bacharelados em produção editorial, editoração, edição ou mesmo tecnologias da edição, bem como a abertura de espaços aos estudos sobre edição nos cursos de Letras.

“É no contexto da ditadura civil-militar que se desenha, pela primeira vez no país, uma formação específica de graduação para editores”, lembra José Muniz Jr. (2018, p. 38). Lia Calabre explica que esses cursos objetivam formar profissionais para a crescente indústria cultural brasileira, num momento em que as políticas nacionais de cultura e de educação “adquirem um caráter de ‘modernização conservadora’, com forte teor nacionalizante, para responder ao desenvolvimento urbano-industrial do país e ao crescimento da cultura de massa” (CALABRE, 2009, p. 45). Soma-se a esta realidade o consequente número de monografias, ensaios, artigos, dissertações e teses, nos mais diversos espaços do conhecimento, sobre o campo editorial.

Este cenário tem como consequência dois movimentos para a formação do profissional de Letras: a ampliação de seu escopo de pesquisa e atuação e a necessidade de trânsito entre áreas do conhecimento.

Da primeira consequência, podemos citar, entre outros aspectos, o impacto dos estudos editoriais nos estudos linguísticos e literários *tout court*. Agora, estudar os bastidores do texto é tão importante quanto estudar o texto. Este não “nasce pronto”, não basta em si, ainda que alguns possam defender esta postura ainda hoje. O texto é processo e

produto de dinâmicas específicas do *campo* em que está imerso, para usar um termo de Pierre Bourdieu (2004).

Para o sociólogo francês, o campo é um microcosmo social dotado de relativa autonomia e regras próprias, resultante e resultado de um determinado espaço social mais amplo. Trata-se de um local de disputas entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alterar determinadas posições. Estas são ocupadas por meio da aquisição de capitais, os quais são mensurados de acordo com dinâmicas específicas. Posse e desejo de capitais são responsáveis pela manutenção ou conservação de posições hierárquicas que os agentes ocupam. O campo, ainda, é o local de confronto, de lutas por posições e poder (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

Para melhor compreender o papel dos agentes de produção do campo cultural, é necessário lançar mão de um referencial teórico vasto e diverso, jamais circunscrito aos cursos de Letras. Desta maneira, entram em cena a História, a Comunicação, a Sociologia, a Filosofia, os estudos estatísticos – só para citarmos algumas áreas – como epistemes auxiliares a um campo relativamente novo: os estudos editoriais.

A segunda consequência é que diversas modalidades de abordagens têm se mostrado bastante produtivas e promissoras tanto nos estudos linguísticos e literários, quanto nos estudos editoriais: os levantamentos estatísticos, sejam eles de linhagens textuais, de temas, de produção, de recepção, entre outras categorias. Os exemplos seriam muitos e ultrapassariam os limites deste estudo, razão pela qual apontaremos alguns, sem qualquer pretensão totalizante.

No campo dos estudos editoriais sobre o romance brasileiro, vale conferir destaque, entre outros trabalhos, ao de Regina Dalcastagnè (2011). Nele a pesquisadora analisa textos publicados por três entre as mais representativas editoras, segundo agentes do campo literário consultados para a realização do estudo. A pesquisa abrangeu um intervalo de quatorze anos (1990-2004) e constatou a predominância de personagens e narradores brancos em detrimento de outros segmentos étnicos.

Do ponto de vista da representação literária de personagens negros, na edição brasileira, aliás, há razoável linhagem de trabalhos quantitativos e qualitativos, desde Raymond Sayers (1958), Gregory Rabassa (1965), Domicio Proença Filho (1988), passando por Eduardo de Assis Duarte (2013) e chegando a Luiz Henrique Oliveira (2014). Seria

possível elencar também o Portal Literafro (<http://www.letras.ufmg.br/literafro>), um dos maiores arquivos da produção editorial ficcional e não ficcional afro-brasileira.

Todos esses trabalhos trouxeram contribuições decisivas à compreensão das dinâmicas e particularidades quando o tema é o negro na literatura ou a produção literária do coletivo negro brasileiro. No entanto, a não ficção permanece um terreno (se não pouco conhecido, ao menos) pouco estudado. Principalmente quando consideramos as dinâmicas editoriais que a sustenta. Estas dinâmicas também “dizem” sobre os textos. Por vezes, “dizem” numericamente sobre os textos.

Do ponto de vista de análises do campo editorial, até mesmo trabalhos de fôlego, como *Retratos da leitura no Brasil*, por exemplo, ainda que tragam dados sobre gêneros textuais vendidos e publicados, concedem pouco espaço às análises da não ficção. O recorte étnico, nesse estudo, por sua vez, não foi abordado. Há poucos trabalhos dedicados a analisar as relações entre a literatura afro-brasileira e o campo editorial. Luiz Henrique Oliveira e Fabiane Rodrigues (2017) e Luiz Henrique Oliveira (2018) trataram do assunto. O recorte destes estudos foi, mais uma vez, a produção literária. O terreno da não ficção segue pouco estudado.

Todo este cenário lacunar no que diz respeito à escrita não ficcional de autores afro-brasileiros leva-nos a indagar: quais escritores de ficção afro-brasileira também escreveram não ficção? Que títulos escreveram e publicaram? Por que meios ou casas editoriais? Em quais locais? Em que períodos as publicações ocorreram? As publicações tratam de que assuntos? Longe de querer varrer a totalidade desta produção, o que trazemos é uma cartografia possível, a partir de levantamentos e recortes predeterminados, uma vez que, para este presente estudo, optamos por não inserir no *corpus* de análise os autores negros que se dedicaram apenas a não ficção. Em momento oportuno o faremos.

Metodologicamente, consideramos aqui somente a produção não ficcional de escritores negros que também produziram ficção. A proposta é analisar o que produziram estes autores para além da literatura, em livros individuais. A fim de levantar os dados, partimos de consultas às seguintes fontes: o portal Literafro, o qual traz uma seção de produção intelectual dos autores e autoras nele listados; obras de referência, tais como *O negro escrito* (1987), de Oswaldo de Camargo, e *Quem é quem na negritude brasileira* (1988), de Eduardo de Oliveira, pois ambas as

obras foram pioneiras em resgatar nomes de autores negros que se fizeram presentes na cena cultural do nosso país; o levantamento feito por Luiz Henrique Oliveira e Fabiane Rodrigues (2017); catálogos de editoras, principalmente aquelas chamadas de “quilombos editoriais”, conforme Oliveira (2018); plataforma lattes, vinculada ao CNPq; e banco de dados do autor deste estudo.

Embora tenhamos conseguido listar as categorias “obras autorais individuais de não ficção”, “livros não ficcionais organizados individual ou coletivamente”, “artigos”, “apresentações em eventos e textos para imprensa”, optamos, por questão de espaço e tempo, concentrar as atenções na produção individual em livro não ficcional. Em trabalhos futuros, as outras categorias serão devidamente analisadas e dispostas em números.

Consideramos apenas as primeiras edições de cada publicação. Foram encontrados 74 autores de não ficção, 173 obras publicadas, por 91 casas ou iniciativas editoriais distintas, em 21 cidades. Foram listados 23 assuntos distintos dentre o total destas publicações. Desta forma, passemos às categorias de análise.

### **Autoras, autores x obras**

Dos 74 autores mapeados, 54 são do gênero masculino e 20, do feminino.

Entre os autores com o maior número de publicações estão: Muniz Sodré (27), Nei Lopes (17), Domício Proença Filho (16), Joel Rufino dos Santos (13), Ruth Guimarães (11), Arlindo Veiga dos Santos (8) e Abdias do Nascimento (7).

Em seguida, com cinco (5) publicações individuais de livros não ficcionais aparecem Mestre Didi, Fernando Góes e Edimilson de Almeida Pereira. Com quatro (4) publicações, encontramos Ramatis Jacino e Cuti. Com três (3) publicações, há Oswaldo de Camargo, Nilma Lino Gomes, Alzira dos Santos Rufino, Renato Noguera, Lourdes Teodoro, Ubiratan Castro de Araújo, Lima Barreto e José Endoença Martins. Com duas (2) publicações temos Cyana Leahy-Dios, Jaime Sodré, Henrique Cunha Jr., Júlio Romão da Silva, Eduardo de Oliveira e Elaine Marcelina.

Muitos são os autores que aparecem na nossa cartografia com apenas uma (1) produção não ficcional: Patrícia Santana, Ricardo Dias, Raul Astolfo Marques, Miriam Alves, Oswaldo Faustino, Ronald

Augusto, Inaldete Pinheiro de Andrade, Aciomar de Oliveira, Allan da Rosa, Anelito de Oliveira, Lepê Correia, Lino Guedes, Jônatas Conceição, Elio Ferreira e Conceição Evaristo.

Vale considerar que os autores com o maior número de publicações estão ligados ao campo universitário, casos de Muniz Sodré, Nei Lopes, Domício Proença Filho, Joel Rufino dos Santos e Arlindo Veiga dos Santos, ou são produtores culturais que transitam pela Academia, como é o caso de Ruth Guimarães, professora por mais de trinta anos na rede pública do estado de São Paulo. O trabalho com a escrita não só motiva e explica a inserção destes autores com regular produção escrita, como também sinaliza um lugar de fala “raro” ao escritor negro quando o assunto é a não ficção, haja vista a proporção de professores/pesquisadores negros em detrimento a professores/pesquisadores brancos na Academia ou na Escola básica brasileira. Estudioso da questão, José Jorge Carvalho (2006, p. 92) exemplifica:

se juntarmos todos os professores de algumas das principais universidades de pesquisa do país (por exemplo, a USP, UFRJ, UNICAMP, UnB, UFRGS, UFSCAR e UFMG), teremos um contingente de, aproximadamente, 18.400 acadêmicos [...]. Esse universo está racialmente dividido entre 18.330 brancos e 70 negros; ou seja, entre 99,6% de docentes brancos e 0,4% de docentes negros [...].

O leitor poderá indagar: por que recorremos aos dados referentes à presença de professores e pesquisadores negros na universidade para debater o caso do não ficcionistas negros? Sendo a escrita não ficcional amplamente presente nos espaços acadêmico e escolar, é de se esperar que o lugar de fala, escrita e acesso aos meios editoriais seja mais restritos quando comparados aos escritores brancos. Tal cenário pode explicar ainda o pequeno número de não ficcionistas negros com produção tão vasta ou regular. O acesso às condições de produção, no caso dos autores analisados neste estudo, é muito variado. Nem todos os autores elencados estão localizados nos universos laborais diretamente ligados à escrita. E muitos dos que estão ligados a este universo escolhem priorizar a ficção (o que é bastante legítimo), como ocorre com Conceição Evaristo, por exemplo. Há, segundo Carvalho (2006, p. 92), um tácito “isolamento étnico” do intelectual negro.

TABELA 1 – Relação autores x quantidade de obras produzidas

<b>Autores</b>	<b>Quant. de obras</b>
Muniz Sodré	27
Nei Lopes	17
Domício Proença Filho	16
Joel Rufino dos Santos	13
Ruth Guimarães	11
Arlindo Veiga dos Santos	8
Abdias Nascimento	7
Mestre Didi	5
Fernando Góes	5
Edimilson de Almeida Pereira	5
Ramatis Jacino	4
Cuti	4
Oswaldo de Camargo	3
Nilma Lino Gomes	3
Alzira dos Santos Rufino	3
Renato Noguera	3
Lourdes Teodoro	3
Ubiratan Castro de Araújo	3
Lima Barreto	3
José Endoença Martins	3
Cyana Leahy-Dios	2
Jaime Sodré	2
Henrique Cunha Jr.	2
Júlio Romão da Silva	2
Eduardo de Oliveira	2
Elaine Marcelina	2
Patrícia Santana	1
Ricardo Dias	1
Raul Astolfo Marques	1
Miriam Alves	1
Oswaldo Faustino	1
Ronald Augusto	1
Inaldete Pinheiro de Andrade	1
Aciomar de Oliveira	1
Allan da Rosa	1
Anelito de Oliveira	1
Lepê Correia	1
Lino Guedes	1
Jônatas Conceição	1
Elio Ferreira	1
Conceição Evaristo	1

Fonte: elaborado pelo autor.

## **Locais de publicação**

Com relação aos locais de publicação das obras individuais não ficcionais de autoria afro-brasileira, há grande concentração no sudeste brasileiro, com destaque para Rio de Janeiro (62) e São Paulo (61).

Ainda que não tenham o mesmo vigor de concentração editorial do que Rio de Janeiro e São Paulo, merecem destaque Salvador (9), Belo Horizonte (8) e Petrópolis (8). Salvador conta, principalmente, com parcerias entre organismos governamentais e empresas privadas para fazer circular suas publicações de não ficção afro-brasileira. A capital mineira se destaca no cenário recortado neste estudo porque congrega editoras que apostam no segmento editorial negro. Por sua vez, Petrópolis abrigou uma das mais relevantes casas editoriais brasileiras: a editora Vozes. Essa atua principalmente em recortes temáticos bastante produtivos: os livros paradidáticos e de comunicação social.

Em seguida, aparecem Santos e Recife, com três (3) publicações cada. Com duas (2) publicações estão São José dos Campos, Brasília, Curitiba, Florianópolis e Blumenau. Com uma (1) publicação, temos: São Luís, Salvador, Montes Claros, Roma, São Bernardo do Campo, Juiz de Fora, Paris e Porto Alegre. As produções destas cidades ancoram-se em iniciativas universitárias, dos próprios autores ou, ainda, em edições independentes.

Uma obra foi editada simultaneamente em Belo Horizonte e Juiz de Fora. Não foi detectado local de publicação de apenas uma (1) obra.

Esta concentração no sudeste brasileiro e, mais especificamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, pode ser explicada pelo fato de que as duas referidas capitais são polos significativos do ponto de vista econômico. São elas as cidades com as maiores concentrações de riquezas e desenvolvimento industrial, o que significa presença de insumos e agentes da cadeia produtiva do livro. Soma-se a isso o fato de que em ambas as cidades se instalaram os maiores conglomerados de produção editorial de livros didáticos, os quais de fato movem a indústria do livro no Brasil. As discrepâncias econômicas regionais, a falta de políticas efetivas para o desenvolvimento descentralizado do Brasil, a ausência de ações específicas de apoio ao mercado livreiro e à formação do leitor podem ser elencados como elementos auxiliares na explicação de tamanha concentração.

O Brasil não empreendeu a contento modificações no modelo distributivo de riquezas e bens simbólicos (BARROS; FOGUEL; ULYSSES, 2006), vivendo, atualmente, o que Milton Santos (2015, p. 39) denomina “globalização perversa”. Neste modelo de globalização, “a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle”. Para Santos (2015), mesmo após todo o período transcorrido desde o Brasil colônia até os dias atuais, a relação entre dinheiro e informação permaneceu praticamente inabalada em seus aspectos estruturais.

TABELA 2 – relação entre local de publicação x obras publicadas

<b>Local de publicação</b>	<b>Obras publicadas</b>
Rio de Janeiro	62
São Paulo	61
Salvador	9
Petrópolis	8
Belo Horizonte	8
Santos	3
Recife	3
São José dos Campos	2
Brasília	2
Curitiba	2
Florianópolis	2
Blumenau	2
São Luís	1
Montes Claros	1
Roma	1
Sem local	1
São Bernardo do Campo	1
Juiz de Fora	1
Paris	1
Belo Horizonte/ JF	1
Porto Alegre	1

Fonte: elaborado pelo autor.

### **Editoras / iniciativas editoriais**

Nesta seção preferimos diferenciar casas editoriais de iniciativas editoriais. Entendemos as primeiras como empreendimentos comerciais

ou editoras propriamente ditas; as segundas são entendidas como ações de difusão cultural, ainda que possam render algum dividendo, tais como as edições dos próprios autores e autoras. Esta diferenciação é relevante uma vez que, conforme demonstrarão os números, significativa parcela da produção intelectual não ficcional afro-brasileira provém de iniciativas editoriais próprias, como autoedições, selos ou mesmo editoras independentes.

A editora que mais publicou livros individuais não ficcionais de autores afro-brasileiros foi a Vozes (15). Sediada no Rio de Janeiro e com sucursal em Petrópolis, a Vozes possui em seu catálogo livros paradidáticos e de comunicação social, dois assuntos entre os mais recorrentes no *corpus* desta pesquisa. Além disso, nela está Muniz Sodré, o autor com o maior número de publicações.

Em seguida, temos a editora Pallas (8), também sediada no Rio de Janeiro e com recorte de atuação voltado especificamente para a difusão de temas afrodescendentes, com destaque para religião, estudos literários e livros paradidáticos.

Arriscamos dizer que existe pouca abertura para a difusão do pensamento afro-brasileiro em grandes editoras. A Lei 10.639/2003 alterou em grande medida o campo, contudo é notória a necessidade de avanços quando o assunto é a ampliação do espaço de autores e autoras negros em nosso país.

As editoras Ática (7), Cultrix (6), Global (5) e Selo Negro (5) dão continuidade à lista. A Ática também possui marcante presença nos segmentos didático e paradidático e aí se concentra a inserção da produção não ficcional de autores negros. De modo semelhante estão a Cultrix e a Global, em que pese o paradidatismo dos catálogos destas casas editoriais estar voltado principalmente para o campo universitário. A Selo Negro é um braço operacional do grupo Summus. Curioso o caso, porque o selo é formado especificamente por autores e temas afro-brasileiros. Por que um selo específico para tratar deste assunto? O catálogo editorial do grupo não o comportaria?

Brasiliense, Pátria Nova e Civilização Brasileira foram responsáveis por (4) quatro publicações. Brasiliense e Civilização Brasileira possuem ampla atuação no ensino universitário, editando sociologia, filosofia, comunicação, estudos literários e paradidáticos. A Pátria Nova não mais existe. Atuou apenas nas primeiras décadas do século XX, como braço gráfico do conservadorismo monárquico luso-brasileiro. Conforme explica

Felipe Cazetta (2018, p. 42), “a Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB) acreditavam que a Constituição significava a restrição do poder que pertencia ao rei por direito hereditário e com respaldo na tradição”. Esta casa editorial publicou textos de Arlindo Veiga dos Santos, declarado patrianovista.

Com (3) três publicações, encontramos: Record, Mazza, CODECRI, Neferiti, Nova Fronteira, Rocco, Editora do Brasil, Linceu e Autêntica. Com (2) publicações, listamos Cortez, Usina de Ideias, Azougue, Linográfica, JCM e EDUFBA/CEAO.

Com apenas (1) uma publicação há: Relume-Dumará, SCCT, EDUFBA, Paulinas, Revan, Sulina/Edipucrs, SNDH-USP, Editora Abrece Um Aluno Escritor, Nova Letra, Congresso Nacional Afro-Brasileiro, Settimo Sigillo, SENAC, Planeta, Nandyala, Espalhafato Comunicação, Naiara, SECNEB, Moderna, EDICON, Mérito, Rio Fundo, Meca, ComArte, Mazza/FINALFA, Centro de Educação e Cultura Popular, Massangana, Summus, Martins Fontes, Agir, Manati, Etnia Produção Editorial, Thesaurus, Secretaria Municipal de Cultura de Salvador, Editora e Livraria Moderna, Letras Contemporâneas, Editora Curitiba, Letra Viva, Éditions L’Harmattan, José Olympio/Sec. Cult. SP/INL, Sec. Estado da Educação e Cultura, José Olympio, Sup. Estadual de Economia e Ciências Sociais da Bahia, Conselho Estadual de Cultura, JAC Editora, Companhia das Letras, IPEAFRO, Revista dos Tribunais (Reuters), Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Ciclo Contínuo Editorial, Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, CEAP, Imensa, Câmara dos Deputados, Harper Collins, Bushatoky, Secretaria de Estado da Cultura, Brasiliana, Garamond, Poesias Escolhidas Editora, Funcultura, Appris Editora, Franco Editora, Aeroplano, Forense-Universitária, Paz e Terra e Florianópolis.

Não foi possível identificar a casa ou meio editorial de uma (1) publicação, a qual foi registrada como “sem editora”.

Um fato merece destaque no conjunto de casas e iniciativas editoriais listadas acima: o predomínio de edições independentes. Estas estão mais preocupadas com a consistência do catálogo do que com vultuoso resultado em lucro financeiro. Para concorrer com as produções dos grandes conglomerados editoriais, as independentes precisam produzir livros atraentes e com preço competitivo. De modo geral, as iniciativas ou editoras independentes atuam nas franjas do amplo mercado e das grandes redes editoriais. As iniciativas independentes priorizam produtos

pouco atraentes para o mercado de amplo capital, embora de interesse imediato por parte significativa de determinada zona desse campo. Como não estão sujeitas à obrigatoriedade de geração de volumes financeiros, concentram suas ações na construção de um catálogo de qualidade, mas sem descuidar do olhar sobre a rentabilidade dos projetos editoriais do presente, pois estes sustentarão os projetos do futuro, uma vez que o capital de giro é baixo. Nas palavras de Hernán López Winne e Victor Malumián, os editores independentes estão pautados pela autossustentabilidade e

não dependem de qualquer aporte de capital que provenha de fora de sua atividade editorial. Estão comprometidos com a difusão, por todos os meios possíveis, de seus autores, e a decisão sobre o que publicar ou rechaçar está completamente submetida ao desejo de seu editor, sem nenhum tipo de condicionamento. (LOPEZ WINNE; MALUMIÁN, 2016, p. 14).<sup>1</sup>

Para Lopez Winne e Malumián, é crucial aos editores independentes encontrar na editora um modo de vida, um sustento econômico. No caso de iniciativas editoriais, também um sustento simbólico no campo editorial.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> “no dependen de ningún aporte de capital que provenga de fuera de su actividad editorial. Se comprometen a difundir, por todos los medios posibles, a sus autores, y la decisión sobre qué publicar o rechazar está totalmente sujeta al deseo de su editor, sin ningún tipo de condicionamiento”. (Tradução nossa)

<sup>2</sup> Há várias possibilidades de atestar o caráter independente das políticas editoriais da maioria das casas que têm publicado não ficção afro-brasileira. Em primeiro lugar as casas ou iniciativas editoriais não estão vinculadas a grupos de capital ou conglomerados financeiros. Logo, a necessidade de geração de recursos por meios próprios, para custeio de ações editoriais, reforçam nosso argumento. Além disso, os temas das publicações não se filiam aos temas presentes nas listas de mais vendidos (como por exemplo, a lista de Revistas, como *Veja*, em que prevalecem livros de autoajuda e religiosos). A atuação nas zonas descobertas ou pouco cobertas pelos grandes grupos editoriais também aponta para a independência editorial destas casas. A Ciclo Contínuo Editorial, por exemplo, assume esse caráter: “a Ciclo Contínuo Editorial é uma editora independente que se dedica à publicação de obras literárias e pesquisas na área das Humanidades, com enfoque especial na Cultura Afro-brasileira. [...] Somado as publicações, também promovemos ações educativas por meio de seminários, encontro com autores e cursos livres de Literatura”. Por sua vez, a Mazza Edições, cujo *slogan* é “pioneirismo e resistência”, assim se posiciona: “A Mazza Edições reflete em seu catálogo o empenho de escritores e leitores, que acreditam na construção de uma sociedade baseada na ética, na justiça e na liberdade. Acreditando nisso, investiu na publicação de autores / autoras negro(a)s e

Na nossa lista de casas ou iniciativas editoriais, pudemos encontrar o predomínio de publicações oriundas do modelo independente. Casas editoriais de pequeno porte, como Pallas, Nandyala, Mazza, entre outras, ao lado de iniciativas de difusão, como as de edições universitárias, tais como EDUFBA, CEAO e de Secretarias de Cultura, atestam nosso argumento. Isso sem contar com as publicações dos próprios autores e autoras.

Há editoras de grande e médio porte, como Ática, Record e Cultrix, por exemplo, que se interessam pela escrita não ficcional de autores afro-brasileiros, contudo em grande medida o nicho predominante em suas edições é o do livro paradidático, principalmente para fins universitários.

O ensaio, as memórias, as biografias ficam em grande parte a cargo das editoras independentes ou das iniciativas dos próprios autores, sobretudo até a primeira metade do século XX. Estas editoras assumem o risco simbólico e financeiro de apostar em textos e assuntos específicos e de interesse imediato de um público restrito. Apenas a partir dos anos de 1960 é que cresce o interesse editorial pela não ficção afro-brasileira por parte das editoras de grande e médio porte. Poderíamos indagar se as grandes e médias editoras estão realmente voltadas à mudança do estado de coisas promovido (ou defendido) pelos textos mais polêmicos dos autores e autoras afro-brasileiros. Arriscamos afirmar que, por trás da linha editorial de muitas casas ou iniciativas, está a velada barreira aos textos que de fato discutem, por meio da não ficção, o racismo e os privilégios de nossa sociedade.

Em uma sociedade, aliás, onde o negro não foi inserido a contento, não é de se estranhar a existência de mecanismos de promoção da produção e circulação do pensamento crítico deste coletivo populacional. A Lei 10.639/2003 é um exemplo. Mesmo assim, muito recente em nossa história editorial. De fato, para que seja lido e sua obra circule e esteja acessível ao grande público, o autor negro deve atravessar diversos filtros. Conforme assevera Cuti (2010, p. 48-49):

as editoras, por exemplo, têm o que chamam de “linha editorial”, demarcadora dos parâmetros de suas exigências para os que nela procuram a publicação de seus escritos. Essa “linha” norteia a(s) mensagem(ns) a ser(em) veiculada(s) de forma impressa e em

---

de livros que abordam os diversos aspectos da cultura afro-brasileira relacionada. [...] A Mazza Edições é uma editora e, mais que isso, uma casa de cultura viva”. Para mais detalhes, vale conferir também Luiz Henrique Oliveira (2018) e Nuno Medeiros (2012)

determinados formatos. Assim como existe a tal “linha” orientando o crivo (a escolha) entre os títulos a serem publicados ou não, também, posteriormente, haverá a seleção do que, estando disponível no mercado, deve receber o aval da publicidade ou da cumplicidade dos meios de comunicação e do Estado para redundar em leitura.

O panorama aqui exposto por Cuti (2010) sugere as dificuldades de absorção que o autor afro-brasileiro de não ficção encontra do nosso mercado editorial. Para publicar e ser visível, o autor negro, muitas vezes, precisa também construir seus circuitos editoriais:

a possibilidade da perspectiva negro-brasileira [...] tinha, assim, seu limite na recepção. Como um dado da realidade, a recepção que se estabelecia impunha, previamente, seu código de aceitabilidade. [...] Ameaçar a predominante concepção de hierarquia das raças seria uma ousadia não admissível. (CUTI, 2010, p. 27-28).

Tal cenário, contudo, parece estar em processo de modificação, haja vista não só o volume de publicações de não ficção negra brasileira nas últimas décadas – pós Lei 10.639/2003, portanto –, mas também a variabilidade de temas presentes na cena editorial.

TABELA 3 – Relação entre editoras / iniciativas editoriais x obras publicadas

<b>Editoras / iniciativas editoriais</b>	<b>Obras publicadas</b>
Vozes	15
Pallas	8
Edição do autor/da autora	8
Ática	7
Cultrix	6
Global Editora	5
Selo Negro	5
Brasiliense	4
Pátria Nova	4
Civilização Brasileira	4
Record	3
Mazza	3
CODECRI	3
Neferiti	3
Nova Fronteira	3
Rocco	3
Editora do Brasil	3
Liceu	3

Autêntica	3
Cortez	2
Usina de Ideias Editora	2
Azougue 2	2
Linográfica	2
JCM	2
EDUFBA/CEAO	2
Relume-Dumará	1
SCCT	1
EDUFBA	1
Paulinas	1
Revan	1
Sulina/Edipucrs	1
SNDH-USP	1
Editora Abrece Um Aluno Escritor	1
Nova Letra	1
Congresso Nacional Afro-Brasileiro	1
Settimo Sigillo	1
SENAC	1
Planeta	1
Nandyala	1
Espalhafato Comunicação	1
Naiara	1
SECNEB	1
Moderna	1
EDICON	1
Mérito	1
Rio Fundo	1
Meca	1
ComArte	1
Mazza / FINALFA	1
Centro de Educação e Cultura Popular	1
Sem editora	1
C/Arte Editora USP	1
Massangana	1
Summus	1
Martins Fontes	1
Agir	1
Manati	1
Etnia Produção Editorial	1
Thesaurus	1
Secretaria Municipal de Cultura	1

Editora e Livraria Moderna	1
Letras Contemporâneas	1
Editora Curitiba	1
Letra Viva	1
Éditions L'Harmattan	1
José Olympio/Sec. Cult. SP/INL	1
Sec. Estado da Educação e Cultura	1
José Olympio	1
Sup. Est. Econ. e Sociais da Bahia	1
Conselho Estadual de Cultura	1
JAC Editora	1
Companhia das Letras	1
IPEAFRO	1
Revista dos Tribunais (Reuters)	1
Inst. Geográfico e Histórico da Bahia	1
Ciclo Contínuo	1
Inst. Bras. de Estudos Afro-Asiáticos	1
CEAP	1
Inmensa	1
Câmara dos Deputados	1
Harper Collins	1
Bushatoky	1
Secretaria de Estado da Cultura	1
Brasiliana	1
Garamond	1
Poesias Escolhidas Editora	1
Funcultura	1
Appris Editora	1
Franco Editora	1
Aeroplano	1
Forense-Universitária	1
Paz e Terra	1
Florianópolis	1

Fonte: elaborado pelo autor.

### **Períodos de publicação x assuntos**

Na tentativa de traçar um panorama temporal das publicações e de possíveis explicações dos motivos pelos quais, contextualmente, alguns momentos contaram com mais produções do que outros, optamos por

dispor as informações década a década, desde a primeira publicação, datada de 1906, até a última, datada de 2019, quando encerramos o recorte temporal deste estudo.

De 1900 a 1909 houve apenas uma publicação de obra individual não ficcional afro-brasileira. Na década seguinte, 1910 a 1919, não localizamos publicação. O cenário de apenas uma publicação encontrada repete-se nos dois próximos decênios: 1920 a 1929; e 1930 a 1939. Por sua vez, a década de 1940 a 1949 trouxe duas publicações. Estes primeiros quarenta anos do século XX são marcados por publicações dos próprios autores, motivadas por questões políticas (como o patrianovismo, no caso de Arlindo Veiga) ou em defesa das religiosidades afro-brasileiras (como os textos de referência de Mestre Didi). Houve ainda a publicação de ensaios (2), narrativa de viagem (1) e historiografia (1).

O cenário encontrado aponta para a precariedade do campo editorial não ficcional no país, ao menos quando o assunto é a produção do coletivo negro brasileiro. Isso porque a produção não ficcional afro-brasileira ou não chegou a nós, ou não encontrou guarida nas casas editoriais existentes à época, como os dados sugerem.

Por outro lado, o acesso à educação de qualidade, sustentáculo de qualquer cenário de produção intelectual, ainda era bastante restrito, sobretudo aos descendentes de escravizados. Em que pese o acesso, a permanência e a qualidade da educação brasileira serem temas ainda hoje carentes de soluções por parte de governos do Brasil, o cenário das quatro primeiras décadas do século XX apontava imensa exclusão da população mais necessitada de ações do Estado. É Florestan Fernandes (1965) quem, ao nosso ver, melhor discute o alijamento do negro brasileiro das condições intelectuais. Segundo Fernandes (1965, p. XI), o coletivo negro brasileiro “teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil”. A participação efetiva do negro como integrante de um processo produtivo mais amplo, de uma divisão de trabalho mais complexa, não foi planejada como ação compensatória da Abolição. A consequência é a exclusão do coletivo a que nos referimos por décadas de ocupações laborais ligadas, por exemplo, ao campo intelectual.

Não bastava alfabetizar o negro ou prepará-lo, intelectualmente, para certos ofícios. Impunha-se prepará-lo para todas as formas sociais de vida organizada, essenciais na sua competição com os

brancos por trabalho, por prestígio e por segurança e garantir-lhe, além e acima disso, aproveitamento regular de suas aptidões e autonomia para pôr em prática os seus desígnios. (FERNANDES, 1965, p. 58).

Somente nos primeiros anos do século XXI, iniciativas do Estado brasileiro apontaram para a implementação de políticas compensatórias, tais como as cotas universitárias e a reserva de vagas em concursos públicos para afrodescendentes. Em agosto de 2012, foi promulgada a Lei nº 12.711, conhecida também como “lei de cotas”. Mesmo assim, sob protesto de significativa parcela da população.

É válido ressaltar que o pensamento crítico do coletivo populacional a que este estudo se refere já se fazia presente no país desde o século XIX e início do XX, no mínimo, com a crônica e a crítica de Machado de Assis, passando pelos escritos intimistas de Lima Barreto, até a textualidade jurídica de Luiz Gama e a intervenção crítica de Francisco de Paula Brito. Não havia, isso sim, campo editorial estruturado para absorver parte dessa produção em formato de publicação em livro. Os autores citados publicaram em grande medida a não ficção em periódicos. Tal cenário tende a se repetir na primeira metade do século XX. Tanto é que a reunião de escritos não ficcionais deste período ocorre, como dissemos, majoritariamente por meio de edições dos próprios autores. Dito de outra forma, o cenário social (e editorial) estruturante do final do século XIX pauta as décadas iniciais do XX. É preciso conferir destaque ainda a organizações negras que ajudaram a construir significativa parte da massa crítica que se fará presente em décadas posteriores. Referimos aqui à Imprensa Negra, à Frente Negra Brasileira (FNB) e ao Teatro Experimental do Negro (TEN).

A Imprensa Negra é nome dado à linhagem específica de jornais comprometidos com as causas do coletivo populacional a que representa. Tem início em 1833, com *O homem de cor*, jornal dirigido por Francisco de Paula Brito. Importantes jornais fizeram parte da Imprensa Negra, tais como *A voz da raça*, *Clarim da Alvorada*, *O Menelick*, *Exemplo*, *O homem e Irohin* – só para citarmos alguns exemplos. Nos dias de hoje, vale destacar os portais eletrônicos *Africas*, *Correio Nagô*, *Blogueiras Negras*, *Alma Preta*, *Geledés* e *O Menelick – II Ato*.<sup>3</sup> Destaque-se também o *Jornal do MNU*, cujo início ocorreu nos anos de 1980.

---

<sup>3</sup> Para mais informações, sugere-se consultar Ana Flávia Magalhães Pinto (2010); Clóvis Moura e Miriam Nicolau Ferrara (1984).

A Frente Negra Brasileira (FNB) iniciou suas atividades em 1931, na cidade de São Paulo. Tinha como proposta empreender estratégias de luta contra o preconceito de cor. Por isso, desenvolveu ações de ordem: educacional (escola de alfabetização); cultural (grupo musical e teatral); esportiva (time de futebol, num momento em que era interdito o acesso do negro aos clubes tradicionais); de saúde (atendimento médico e odontológico); editorial (publicação do referido jornal *A Voz da Raça* [1933-1937]); e jurídica (consultas gratuitas e tomada de causas). A FNB ofereceu ainda cursos de formação política. Tanto que, em 1936, transformou-se em partido político. Um ano mais tarde, com a implantação do Estado Novo, a FNB foi extinta por Getúlio Vargas.

Iniciado em 1944, no Rio de Janeiro, pelo economista e crítico Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro (TEN) propunha valorizar socialmente a herança cultural afrodescendente. Para tanto, trazia à cena teatral e social discussões acerca da identidade e dignidade do coletivo que representava. Empreendeu ações voltadas: para a educação, como campanhas de alfabetização e letramento teatral; para a cultura, como rodas de conversa e debates com intelectuais; e para a arte, como oficinas de formação. Recrutava atores negros na sociedade, principalmente entre aqueles que desempenhavam funções subalternizadas. As ações do TEN duraram até o ano de 1968, quando a ditadura civil-militar impossibilitou a continuidade do grupo.<sup>4</sup>

É bem verdade que o cenário editorial da não ficção afro-brasileira começa a esboçar mudanças nos anos de 1950 e 1960. E estas mudanças se devem aos impactos nas mentalidades da época provocadas pela Imprensa Negra, pela FNB e pelo TEN.

Retomando a análise temporal, de 1950 a 1959 houve cinco publicações individuais de livros não ficcionais de autores afro-brasileiros, ainda que tenhamos a reunião e publicação dos escritos de Lima Barreto, resultado das pesquisas de Francisco de Assis Barbosa. Neste momento, importantes casas editoriais começaram a se interessar pelos escritos não ficcionais afro-brasileiros, como a carioca Civilização Brasileira e a paulistana Brasiliense. Os assuntos publicados nessa década foram: memória (2), filosofia (1), ensaio (1) e crítica literária (1).

Significativo salto de publicações não ficcionais de que tratamos neste estudo ocorre nos anos de 1960. Neste período, como consequência

---

<sup>4</sup> Para mais informações, vale consultar Abdias do Nascimento (2004).

dos movimentos e organizações negros citados anteriormente, há amplo contexto favorável à produção e à difusão do pensamento negro brasileiro. Os movimentos em defesa dos direitos civis, ocorridos nos Estados Unidos, também influenciam em grande medida a intelectualidade negra em nosso país. Neste momento, há interesse por parte de editoras de porte significativo, como a Cultrix, principalmente pelos estudos historiográficos envolvendo a memória do afrodescendente. É de se considerar, por outro lado, que nos anos de 1960 ainda predominam as edições independentes quando o assunto é a autoria negra no Brasil. Até em função da ampla vigilância cultural empreendida pela ditadura civil-militar no país, a qual, se não impedia, ao menos tentava inviabilizar produções intelectuais de movimentos, sujeitos ou iniciativas culturais dissidentes. No decênio em questão, foram mapeadas 10 (dez) publicações com assuntos diversos: historiografia (3), biografia (2), ensaio (2), folclore (1), crítica literária (1) e didático (1).

Ao nosso ver, os anos de 1970 também foram divisores de águas para a produção não ficcional de autoria negra no Brasil. O acúmulo de discussões empreendidas em coletivos anteriormente resulta na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU).

O Movimento Negro Unificado (MNU) iniciou as suas atividades em 1978 e encontra-se ativo até os dias de hoje. Trata-se de um coletivo atuante do ponto de vista cultural e social na cena brasileira. Segundo Petrônio Domingues (2007), o MNU recebeu influências das lutas a favor dos direitos dos negros dos Estados Unidos, de movimentos de libertação de países africanos, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola, e por correntes de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro, além de iniciativas nacionais, como a Imprensa Negra, a FNB e o TEN. Nas palavras de Domingues (2007, p. 100), “a política que conjugava raça e classe atraiu aqueles ativistas que cumpriram um papel decisivo na fundação do Movimento Negro Unificado”. O MNU também reencenava, de modo amplificado, a pretensão dos ativistas da FNB e do TEN.

Muitos autores elencados nesse nosso estudo passaram pelo MNU, de alguma forma: sejam como militantes, sejam como produtores de literatura, sejam como produtores de textos não ficcionais, sejam como artistas ligados a outras manifestações culturais. Prova disso é que, também em 1978, surge a publicação coletiva *Cadernos Negros*. Esta publicação segue vigorosa e veicula poemas e contos exclusivamente escritos por autores negros. E, em 1981, o coletivo *Cadernos* funda

o *Quilombhoje Literatura*, organização voltada para a discussão e promoção da presença do negro da cena intelectual do país.

Arriscamos relacionar o surgimento do MNU, a criação dos *Cadernos Negros* e a atuação do Quilombhoje à ampliação das publicações ficcionais e não ficcionais de autoria negra brasileira. O espaço de publicação promovido por estes movimentos encorajou decisivamente, na nossa visão, a produção de textos não ficcionais por parte dos autores de ficção.

Tanto que os anos de 1980-1989 contabilizam 31 (trinta e uma) publicações de livros individuais de escritores afrodescendentes. O número significa quase o dobro de publicações quando comparado à produção da década anterior e o triplo se comparado ao resultado dos anos de 1960. É nos anos de 1980 que se colhem os resultados editoriais dos movimentos negros empreendidos anteriormente. Some-se a isso o fato de a década praticamente culminar no centenário da abolição da escravidão, celebrado em 1988.

Duas consequências deste cenário merecem destaque. Em primeiro lugar, houve ampliação dos assuntos abordados por estas publicações: ensaio (8), historiografia (5), comunicação social (5), biografia (4), paradidático (3), discursos (1), crítica literária (1), memória (1), folclore (1), religião (1) e sociologia (1). Em segundo lugar, embora tenha havido interesse por parte de editoras comerciais pela produção intelectual negra, significativa parcela desta produção ainda se concentra em iniciativas editoriais independentes. As casas editoriais comerciais abrigaram mormente a produção de intelectuais negros atuantes na Academia. Logo, os livros didáticos e paradidáticos ficaram a cargo destas editoras. Os textos mais contundentes, ou seja, aqueles de maior empenho no combate ao racismo, acabaram relegados à periferia do circuito comercial. Não queremos afirmar que os livros acadêmicos e paradidáticos não tenham importância do ponto de vista da crítica ao preconceito de cor arraigado em todos os meandros na nossa sociedade. Esses livros cumpriram e cumprem papel decisivo no desmonte do imaginário racista imperante. Queremos apenas sublinhar o desinteresse, por assim dizer, da variabilidade temática da produção não ficcional negra por parte do circuito comercial editorial. Prova disso é boa parte dos livros não ficcionais publicados por editoras negras ou Quilombos editoriais. Muitos destes livros não encontraram lugar em grandes editoras. Inclusive a razão de existência das editoras negras ou Quilombos editoriais é justamente dar vazão à produção negra,

isto é, atuar nas franjas do grande mercado, onde o interesse puramente mercadológico quase não existe.

A década de 1990-1999 congregou sensível diminuição de publicações de não ficção afro-brasileira. A política neoliberal instalada no país a partir do governo Collor (1990-1992) prejudicou imensamente a indústria editorial nacional. Além disso, a crise econômica e a desvalorização da moeda nacional, malgrado o Plano Real (1994), foram fatores de queda nos números do mercado editorial brasileiro. Houve, a partir desta década, a chegada em bloco de conglomerados editoriais estrangeiros ao país. A partir de então, começam a ocorrer compras e fusões de grupos nacionais por grupos internacionais. Ainda assim, encontramos 22 (vinte e dois) livros não ficcionais produzidos por autores afro-brasileiros. Estas publicações abordaram os seguintes assuntos: comunicação social (5), sociologia (5), ensaio (4), religião (3), música (1), educação (1), dicionário (1), crítica literária (1) e memória (1).

Os primeiros dez anos do século XXI foram os mais produtivos quando o assunto é a publicação de livros individuais de não ficção escritos por afro-brasileiros. Foram encontradas 53 (cinquenta e três publicações) de 2000 a 2009. A variabilidade de tema também foi considerável: ensaio (8), biografia (7), paradidático (7), educação (6), comunicação social (4), crítica literária (4), dicionário (3), folclore (3), historiografia (2), religião (2), didático (1), enciclopédia (1), estudos sociais (1), guia (1), memória (1), música (1) e sociologia (1).

A produção de que tratamos neste estudo foi impulsionada em grande medida pela promulgação da referida lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Tal lei incluiu no currículo oficial da rede de ensino nacional a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Assim, tanto as grandes editoras, quanto as editoras independentes procuraram inserir em seus catálogos ficção e não ficção que contemplassem o tema. Havia, por certo, editoras já comprometidas com a causa negra, tais como Mazza, Pallas e Selo Negro, entre outras. Esta década também consolida na cena não ficcional autores com grande envergadura no campo da ficção e poesia, entre eles Domicio Proença Filho, Edimilson de Almeida Pereira, Muniz Sodré, Joel Rufino dos Santos, Cuti e Ruth Guimarães. Se, por um lado, a literatura afro-brasileira já se fazia presente desde o século XIX no bojo das letras nacionais, no campo da não ficção os primeiros anos do século XXI foram aqueles responsáveis pela consolidação

desta escrita na cena editorial do país. Há de se considerar, em tempo, que estes anos receberam volumosos recursos em Educação e Cultura, principalmente no mandato de Luís Inácio “Lula” da Silva (2004-2010). O investimento em Educação quase triplicou em termos reais entre 2000 e 2014. O maior aporte foi percebido de 2004 a 2010. “Mais do que isso, o investimento cresceu mais na educação básica, com o triplo de recursos por aluno, tanto na educação infantil, quanto na fundamental e no ensino médio”, afirmam dados oficiais do Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2018). Mais investimentos em Educação somaram-se à ampliação de programas de aquisições de livros por parte do governo federal. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi mantido e ampliado. Houve a criação do Programa do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), em 2003, e do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), em 2007. Importante destacar que o PNLD, o PNLEM e o PNLA continham em suas aquisições dicionários, paradidáticos e uma gama de assuntos passíveis de escolha e compra pelas equipes governamentais, ou segundo Celia Cassiano, “um novo nicho de negócio para todas as editoras” (CASSIANO, 2007, p. 88).

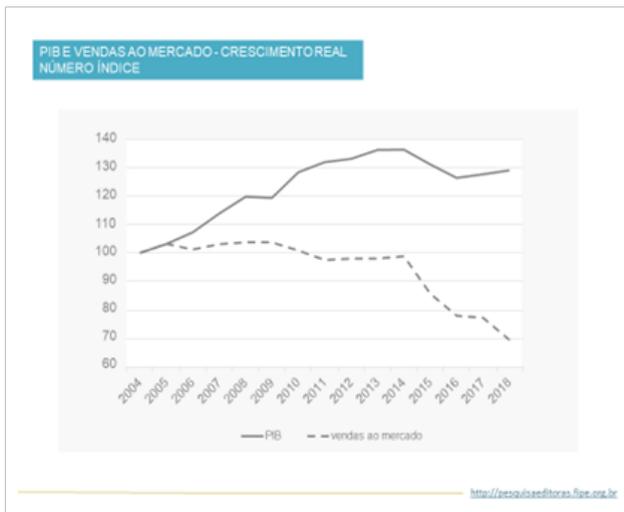
De 2010 a 2019, encontramos 26 (vinte e seis) publicações de livros individuais de não ficção afro-brasileira. A variabilidade de assuntos permanece, ainda que o quantitativo tenha diminuído significativamente quando comparado ao da década anterior. Vejamos: crítica literária (6), ensaio (6), biografia (3), educação (3), dicionário (2), ciências (1), comunicação social (1), filosofia (1), historiografia (1), manual de consulta (1) e paradidático (1).

Arriscamos relacionar a queda significativa do número de títulos publicados ao impacto da vertiginosa diminuição dos investimentos estatais em Educação e Cultura, a qual gerou desaceleração do mercado editorial. Tomemos por base o investimento em Educação, onde se encontra a maior parte das compras de livros por parte dos governos. Isso porque, é importante lembrar, as compras governamentais operam como termômetro do mercado livreiro, uma vez que o poder público é o maior comprador de livros. Segundo o Informativo Técnico N° 6/2019-CONOF/CD, realizado pela Câmara dos Deputados Federais (2019), o investimento em educação no Brasil caiu 56% de 2014 a 2018, isto é, diminuiu de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 4,9 bilhões. Sofreram redução acumulada no período 2014-2018: ensino superior (-15,0%), educação

básica (-19,3%), ensino profissional (-27,6%), administração (-3,2%), desenvolvimento científico e difusão (-5,5%) e demais (-6,5%). Como o corte de investimento foi horizontal no custeio e no investimento, a mesma proporção de queda afetou as compras governamentais de livros. Menos compras por parte do governo acabam por afetar a capacidade produtiva das editoras brasileiras, pois elas são, em grande medida, “dependentes” de editais públicos para a alavancagem de capital. Não se trata aqui do porte da editora. Umas mais, outras menos, mas todas “dependem” do investimento público para sobreviver. O mercado varejista no Brasil não é capaz ainda de manter em pleno funcionamento as editoras atuantes no país.

O gráfico abaixo, elaborado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), e publicado em 2018, por exemplo, atesta a retração do mercado livreiro no Brasil. O cenário de queda é ampliado no intervalo de 2014 a 2018, ou seja, os dados numéricos do Sindicato espelham a curva decrescente que acompanha o quantitativo investido em Educação no mesmo período.

Gráfico 1 – PIB e vendas ao mercado – crescimento real: número índice



Fonte: Sindicato Nacional dos Editores de Livros (2020).

Se o cenário desta última década analisada é de retração, algo semelhante podemos esperar para a segunda década do século XXI,

ao menos no cenário editorial brasileiro. Os pífios investimentos em Educação e Cultura, além dos impactos da EC N° 95/2016 (teto de gastos) apontam para um futuro desolador.

Por fim, salientamos que, em nossa pesquisa, não foi possível identificar a data de publicação de 4 livros individuais de não ficção afro-brasileira.

Tabela 4 – Relação entre décadas x obras publicadas

<b>Décadas</b>	<b>Obras publicadas</b>
1900-1909	1
1910-1919	0
1920-1929	1
1930-1939	1
1940-1949	2
1950-1959	5
1960-1969	10
1970-1979	16
1980-1989	31
1990-1999	22
2000-2009	53
2010-2019	26
Sem data (s/d)	4

Fonte: elaborado pelo autor.

## **Considerações finais**

Os 173 livros individuais não ficcionais foram escritos por 74 autores afro-brasileiros. Cinquenta e quatro destes autores são do gênero masculino e 20 são do gênero feminino. Os autores que mais publicaram desempenham funções diretamente ligadas à Academia ou a áreas com esta relacionadas. As edições independentes foram responsáveis pela maior parte das publicações, principalmente quando os assuntos fogem dos domínios de maior apelo comercial. As editoras de porte mais robusto tendem a se interessar por assuntos ligados ao universo comercial, pois o risco do investimento é menor. Há variabilidade de assuntos publicados, com predomínio de livros paradidáticos, ensaios, historiografia, crítica literária, comunicação social e biografias. A partir dos anos de 1960, intensificam-se as publicações. Porém, a partir da década de 1980, como resultado do acúmulo das atuações de movimentos e associações negros,

a produção não ficcional aqui abordada aumenta de modo exponencial. Investimentos do Estado em Educação e Cultura foram responsáveis pela dinamização do setor, sobretudo na década de 2000-2009. Com a queda de investimentos estatais em Educação e Cultura, arriscamos dizer que o campo editorial de que tratamos pode sofrer retração significativa. O mapeamento aqui delineado não é estanque. Pretendemos abordar outros recortes e gêneros textuais em estudos posteriores.

### **Agradecimento**

Agradeço à FAPEMIG pelo apoio financeiro que possibilitou a realização deste estudo.

### **Referências**

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSES, Gabriel. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2006.

BRASIL. Lei Federal 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003. Brasília-DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. São Paulo: Editora FGV, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Informativo técnico nº 6/2019-CONOF/CD Ministério da Educação: despesas primárias pagas 2014-2018 e impacto da EC Nº 95/2016 (teto de gastos). Brasília: Câmara dos Deputados, fev. 2019. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/inf\\_6-2019-ministerio-educacao-despesas-primarias-pagas](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/inf_6-2019-ministerio-educacao-despesas-primarias-pagas). Acesso em: 25 ago. 2020.

CAMARGO, Oswaldo de. *O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/IMESP, 1987.

CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez./fev. 2005-2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p88-103>.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático no Brasil (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. Orientador: Kazumi Munakata. 2007. 252 f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAZETTA, Felipe. Pátria-nova e integralismo lusitano: propostas autoritárias em contato por meio de revistas luso-brasileiras. *Tempo*, Niterói, v. 24, n. 1, p. 41-54, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2018v240103>.

CICLO Contínuo Editorial: um pouco sobre nós... [São Paulo]: Ciclo Contínuo Editorial, [2021]. Disponível em: <http://ciclocontinuoeditorial.com>. Acesso em: 22 fev. 2021

CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. Brasília, v. 1, n. 26, p. 13-71, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Indicadores Financeiros Educacionais. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em: 26 ago. 2018.

LÓPEZ WINNE, Hernán; MALUMIÁN, Víctor. *Independientes, ¿de qué?: hablan los editores de América Latina*. México: FCE, 2016.

MAZZA Edições e Penninha edições: pioneirismo e resistência. Belo Horizonte: Mazza Edições, [2021]. Disponível em: <https://www.mazzaedicoes.com.br/editora/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

MEDEIROS, Nuno. Notas sobre o mundo social do livro: a construção do editor e da edição, *Revista Angolana de Sociologia*, Luanda/Mangualde, n. 9, jun. 2012. p. 33-48. DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.412>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/412>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MOURA, Clóvis; FERRARA, Miriam Nicolau. *Imprensa Negra*. São Paulo: IMESP, 1984.

MUNIZ JR., José de Souza. O mercado profissional e a formação em edição. In: OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; MOREIRA, Wagner (Org.). *Edição & crítica*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p. 37-63.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004. p. 209-224.

OLIVEIRA, Eduardo de. *Quem é quem na negritude brasileira*. São Paulo: Congresso Nacional Afro-brasileiro, 1998.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. Os quilombos editoriais como iniciativas independentes. *Aletria*, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 155-170, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.28.4.155-170>

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; RODRIGUES, Fabiane Cristine. Panorama editorial da literatura afro-brasileira através dos gêneros romance e conto. *Em Tese*, Belo Horizonte, v. 22, p. 90-107, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17851/1982-0739.22.3.90-107>.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4322/tp.24205>.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. Produção e vendas do setor editorial brasileiro: ano base 2018. Disponível em: [https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2019/04/Apresentacao\\_pesquisa\\_ano\\_base\\_2018\\_imprensa.pdf](https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2019/04/Apresentacao_pesquisa_ano_base_2018_imprensa.pdf). Acesso em 25 ago. 2020.

Recebido em: 29 de agosto de 2020.

Aprovado em: 19 de março de 2021.